

Herbert Levy.\*

leitura da matéria de capa no último número de *Business Week*, acatado semanário especializado dos Estados Unidos, sob o título *Brazil's New Look*, evidencia como — apesar dos altos juros, que criaram verdadeira devastação nos meios comerciais e industriais, levando a inadimplência a níveis sem precedentes, e da alta taxa cambial que estimula importações e dificulta exportações — a confiança na recuperação econômica do País vai-se generalizando nos países desenvolvidos.

Não há dúvida de que a integridade do presidente Fernando Henrique Cardoso é um fator importante para a confiança no País, e a estabilidade monetária conseguida mediante a política deflacionária do FMI causa um efeito positivo nos países do Primeiro Mundo.

Os comentaristas não se detêm a examinar que se trata pura e simplesmente da repetição do que ocorreu em 1980, sob a presidência do gen. João Baptista Figueiredo, mas adotado efetivamente pelo seu ministro res-

ponsável, Antônio Delfim Netto, já que o presidente não entendia do assunto. Convém repetir que de 1980 a 1984 o País registrou pela primeira vez cifras oficiais do Ministério do Trabalho: 4,5 milhões de desempregados, explosão das favelas e proletarização da classe média.

Com essa política, de 1995 até hoje, estamos tendo pela primeira vez na história déficits sistemáticos na balança comercial, que sempre nos fornecem recursos para acudir compromissos da dívida externa e remessa de juros e dividendos do capital estrangeiro aqui investido e que agora passou a consumir recursos em dólares.

Mas, em vez de registrarmos uma crise cambial, pela primeira vez tivemos amplas reservas cambiais, que se têm mantido acima de US\$ 60 bilhões. Essas reservas se devem ao capital especulativo financeiro de curto prazo, o famoso dinheiro quente, aqui atraído pelas altas



taxas de juros. Esse dinheiro quente tornou-se essencial para o governo evitar ou adiar uma crise cambial e os especuladores recebiam reais na mesma proporção dos dólares investidos, um a um. O resultado inevitável foi o crescimento despropositado do numerário em circulação, obrigando o Tesouro a emitir títulos da dívida fundada para resgatá-lo.

Temos tido recordes absolutos no crescimento da dívida interna fundada, na inadimplência comercial e industrial forçada pelos juros de agiotagem que passaram a viger no País, transformando em letra morta nossa lei básica, a Constituição Federal, que estabelece como limite máximo para os juros a taxa de 12% ao ano. O que constitui ameaça real muito séria é o grande volume de capital especulativo que tem sido investido pretender sair engordado por essas taxas de juros. Em outubro do ano passado o governo aumentou as taxas de juros de

20,70% para 43,41% ao ano, que já eram de agiotagem, em desacordo com os interesses da economia. Ele fez isso devido à eventual pressão de saída do dinheiro quente e como uma forma de acalmar o mercado. Não há notícia segura dos totais desse capital especulativo, provavelmente porque ao governo não interessa divulgá-los.

Um vasto programa de privatização de empresas estatais — representando somas consideráveis originariamente destinadas a novos investimentos prioritários, que não nos faltam — foi alterado porque a administração considera que não pode abrir mão deles para acudir os compromissos, entre os quais avultam os capitais especulativos em dólares, cujo total continua assunto confidencial.

Esse é o quadro realístico, lamentavelmente, por conta do qual, graças principalmente aos juros de agiotagem, a economia registra os recordes dos déficits públicos que temos registrado e as baixas consideráveis na economia privada que se registram nos últimos anos.

Essas linhas estavam escri-

tas quando li numa reportagem de Liliana Pinheiro no *Estadão* que, pela primeira vez na história, a região metropolitana de São Paulo tem mais de 1,5 milhão de desocupados. Em março outros 32 mil postos de trabalho foram eliminados. O resultado foi um novo recorde da taxa de desemprego da pesquisa Seade-Dieese, que passou a 18,1%, ante 17,2% de fevereiro. Esse 0,9 de diferença representou o aumento de 86 mil pessoas desocupadas na região. "No mesmo jornal, sob a manchete 'Juros elevam dívida pública a 35,3% do PIB' e subtítulo 'números revistos mostram que as contas públicas tiveram o maior déficit desde o fim de 1995'", lê-se "o déficit já revisado saltou de 5,89% do PIB para 6,122%. Ou de R\$ 52,37 bilhões para R\$ 54,43 bilhões".

Estas cifras ajudam a explicar o avanço nos recursos das privatizações, planejados originariamente para novos investimentos essenciais.

\* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.